



MANUEL DANTAS SUASSUNA – Retrato Imaginário de Antonio Conselheiro/2002 – Técnica mista sobre tela.

Artigos

É tempo de rebelião!

Michel Maffesoli – Universidade René Descartes – Sorbonne – Paris V

Tradução e apresentação por Alípio de Sousa Filho¹

RESUMO

O artigo trata do corporativismo intelectual e do “espírito inquisitorial” predominantes nas concepções e práticas de comissões encarregadas de regular e avaliar o ensino e a pesquisa em nível universitário. Analisa as atividades dessas comissões comparando-as a verdadeiros “pequenos clãs”, que mais contribuem para a burocratização do conhecimento e para a reprodução de privilégios e desigualdades que para a realização do verdadeiro sentido da universidade e do conhecimento.

Palavras-chave: Universidade – Burocracia universitária – Corporativismo intelectual.

RÉSUMÉ

L'article traite du sujet du corporatisme intellectuel et du esprit inquisitorial qui prédominent dans les conceptions et pratiques de certaines commissions chargées de réguler et évaluer l'enseignement et la recherche scientifique au niveau universitaire. L'article fait l'analyse des activités de ces commissions en les comparant à des « petits clans » qui, plus que contribuer à la réalisation du vrai sens de l'université et de la connaissance, donnent leur partie de contribution à la bureaucratisation de la connaissance et à la reproduction de certains privilèges et inégalités à l'intérieur du champ académique.

Mots clés: Université – Bureaucratie universitaire – Corporatisme intellectuel.

APRESENTAÇÃO

Por que publicar, numa revista brasileira, um artigo cujo assunto é o trabalho de comissões ministeriais encarregadas do ensino e da pesquisa dentro do sistema universitário francês? Como o próprio leitor poderá constatar, somente à primeira vista o assunto se restringe à França. Certo, a pedido do próprio autor, eliminamos o que era “demasiadamente francês” (por exemplo, detalhes da seqüência dos procedimentos para seleção de professores para a universidade), conservando o essencial de sua análise sobre fatos cuja natureza extrapola limites nacionais. Aliás, logo cedo, o leitor perceberá que se trata, antes de tudo, de crítica a concepções e práticas que se generalizam a passos largos e que invadem as universidades em todas as partes, o Brasil não estando de fora. Trata-se, pois, de denúncia – virulenta (*au vitriol*, como diriam os franceses); virulência que nos faz lembrar Schopenhauer e Nietzsche, ao criticarem o “filisteísmo” universitário e a “especialização” do conhecimento – cujo objeto é a praga da canalhice intelectual que tem conseguido se espalhar e impor seu poder, pondo em risco o próprio sentido da universidade e do conhecimento por todas as partes.

Direto no ponto: o autor questiona a farsa das chamadas “comissões técnicas”, “comissões científicas”, “comitês de áreas”, ministeriais ou outras, que, parecendo avaliar o trabalho dos pares com supostos “critérios objetivos”, de fato, e não raramente, praticam um teatro de vinganças sórdidas, anônimas, transformando o poder do qual estão

¹ Sociólogo, professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. Doutor em sociologia pela Universidade René Descartes – Sorbonne, Paris V.

investidos em instrumento e ocasião de “acertos de contas”, julgamentos de escolas de pensamento, abordagens, filiações teóricas, simpatias pessoais, e também instrumento de conservação de privilégios, reprodução de “castas”, etc. Todos nós, professores e pesquisadores universitários brasileiros, conhecemos isso. E aqui valeria a pena ressaltar – contrariamente a lugar comum muito repetido – que o assunto não é privilégio das “nações acanhadas”, “atrasadas” ou, para o caso brasileiro, “coisa dos traços do caráter nacional”, como insiste em dizer bom número de intelectuais brasileiros, repetindo tradição teórica de condenação do Brasil e dos brasileiros. O artigo que apresentamos aqui é um bom exemplo do contrário.

No amplo teatro da canalhice intelectual, muitos tomam parte – alguns com a esperança dos seus “quinze minutos de glória” – realizando trocas de benefícios, favores, moedas para prestígios (ainda que efêmeros). Tudo isso mascarado nos jogos de cena, na hipocrisia dos rituais acadêmicos, e mesmo no silêncio cúmplice. E mascarado também em mil retóricas “pragmáticas”: “o pensamento adequado”, “oportuno”, “experiente”, “profissional”, “válido”, “útil”. Discurso de desqualificação e invalidação permanente de tudo aquilo ou de todo outro – estranho ao sistema – que ponha em risco a ordem de castas da canalhocracia intelectual. É contra essa ordem e seus efeitos perversos que, no artigo, o autor dirige sua crítica e a denuncia destemidamente.

Se, no Brasil, os concursos para contratação de professores para a universidade estão menos suscetíveis à influência dessa torrente de canalhice (lembrando que recentemente se cogitou, nas esferas do poder, acabar com o concurso público de provas e títulos como a forma de ingresso na carreira docente universitária; talvez pela mentalidade colonizada que impera entre bom número de intelectuais e dirigentes brasileiros e segundo a qual nosso modelo seria “arcaico”, devendo ser substituído pelo modelo da “indicação” por pares “doutos”, como se faz alhures... – na “civilização”?: que se preste atenção no que escreve Michel Maffesoli!), o mesmo não se

pode dizer quando os assuntos são avaliações de pedidos de financiamento de pesquisas, bolsas, avaliação e conceituação de cursos, revistas, produção intelectual, etc. para composição de ranques duvidosos. Avaliações que, realizadas por comissões integradas por “colegas” da chamada “comunidade universitária”, tornam-se, não raramente, ocasiões para os “assassinatos anônimos” denunciados pelo autor. “É tempo de rebelião!”, poderia ser esta a nossa divisa. Sem o que, talvez, amanhã já seja tarde para preservarmos a universidade de tudo o que lhe ameaça como “lugar em que deve reinar a laica liberdade de pensar”. A mais radical laica liberdade, pois, como ensina também Schopenhauer, tratando de ensino na universidade, “a atmosfera de liberdade é indispensável à verdade”.

Alípio de Sousa Filho

É TEMPO DE REBELIÃO!

A intolerância ganha terreno e o espírito inquisitorial parece ter dias promissores pela frente. E como é sempre o caso, em nome do bem, do justo e do verdadeiro. Vindo de um país onde o macarthismo fez estragos, o “politicamente correto” se espalhou por várias partes e agora contamina também vários domínios na França. Nada escapa à sua influência danosa. O “pensamento francês”, que, durante décadas, exerceu uma atração inegável e uma influência internacional real – justamente por sua audácia quanto a temas, análises e métodos –, não mais escapa da política de domesticação do pensamento. O conformismo lhe ameaça. E podemos nos perguntar se não é por isso que – como um encanto mágico – se insiste tanto na idéia de uma “exceção francesa”.

O presidente Bush, ao lançar sua cruzada contra o mal, constitui bem o símbolo triunfante de uma polícia do pensamento que vai também perseguir tudo e todos que não pensem “correto”. Proclamando “somos americanos”, um célebre jornal – boletim paroquial de uma baixa *intelligentsia* pertencente ao rol dos esquecidos – não

fez outra coisa que se trair: é preciso entrar na linha e ajustar-se ao pensamento enquadrado. Porém, se o som do clarim fez, curiosamente, adeptos lá onde menos se esperava, ele não foi seguido pelos espíritos mais abertos.

É tempo de se rebelar! E isso – como fala Alfred Schütz – não de modo quixotesco, fechados na ilusão de um mundo mutilado, seja este reputado “científico”. Mas abrindo-se a uma realidade mais ampla, a do surrealismo societal². Certo, não se trata de lançar desafios inúteis, mas é preciso enfrentar aqueles que nos são lançados pelos conformistas de todas as cores que querem decretar o que deve ser o mundo e como se deve analisá-lo.

No domínio acadêmico, pequenos “bushs”, despreparados, concentrando suas pífias obras purificadoras na canalhice em que se constituem as diversas comissões nas quais tomam parte, supostamente encarregadas de regular (controlar?) a pesquisa e o ensino, ocupam-se antes em se vangloriar. E sequer respeitando, na maior parte do tempo, os próprios “critérios” que inventam para legitimar seus julgamentos. Mecanismo bem conhecido, consistindo em projetar no outro – o estrangeiro – a sombra que nos aflige. Sem pretender aqui fazer especulações de cunho psicológico, lembremo-nos de Pareto e dos mecanismos de racionalização ou de legitimação que servem para justificar o ressentimento do qual se está tomado.

Além de uma escolha duvidosa, sobre o que repousa a legitimidade dessas comissões burocráticas? Seus trabalhos? Certo, esse trabalho existe para alguns que atuam com honestidade e generosidade de espírito. Mas, para a maioria dos integrantes dessas

comissões, isso inexistente. Assim, os “artistas pop” da sociologia encontram seus “quinze minutos de celebridade” onde eles podem. E tentam fazer um nome estigmatizando, desqualificando tudo o que escapa às suas continhas mesquinhas de contabilidade de bodegueiro. Aliás, desqualificação frequentemente provisória, pois, aqui seja dito, um bom número de termos estigmatizados retornam, alguns anos mais tarde, por suas próprias mãos ou de seus seguidores. Mas sem que jamais eles citem suas fontes: basta ver o número daqueles que, hoje, tratam de “redes”, “sentimento de pertença”, “tribos”, “emoções comuns”, assim como o daqueles que passaram a se interessar pelas práticas homossexuais quando estas se tornaram “movimentos sociais”, constituindo-se em objeto que tornava possível aumentar capitais de notoriedade, após terem gritado escandalizados diante das primeiras pesquisas sobre a homossexualidade. E longa poderia ser a lista do que poderia ser nomeado, conforme a preferência, um “adesismo inconsciente” aos estudos antes estigmatizados ou simplesmente sua “cópia grosseira”.

“Católicos de esquerda” reciclados, stalinistas, nostálgicos dos campos de reeducação, antigos esquerdistas desprestigiados, eles ocuparam, por arrivismo e manobras duvidosas, o lugar que sempre aspiraram: o dos notários enfastiados do saber, tornando-se assim os protagonistas daquilo que Georges Bataille chamava o mundinho da “vulgaridade instruída”. Retomando a expressão weberiana – “minúsculas engrenagens burocráticas” –, os integrantes dessas comissões conhecem bem a arte do assassinato anônimo e a praticam com prazer: gozando, para ser mais preciso. Pouco importa, por conseguinte, a *libido sciendi* atuante em todo fazer intelectual. Os burocratas do saber a trocaram por uma *libido dominandi*, de eficácia lucrativa imediata. Mas, no imediatismo de suas práticas vergonhosas, esses burocratas de libido frustrada não conseguem ver o aspecto ridículo de suas “reações”. Pois é bem disso do que se trata: eles não passam de reacionários. Empregando-se a conservar suas frentes de batalha, eles per-

² No original, *surréalité sociétale*. Na sociologia do autor, corresponde às dimensões inconscientes, imaginal, virtual, lúdica, onírica, tão bem integradas à realidade social quanto as diversas outras dimensões (econômica, política, etc.), complementando a vida social e coletiva de um surrealismo social não menos eficaz para a coesão social. No próprio sentido atribuído a essas dimensões pelo movimento surrealista (André Breton e outros) – sem dúvida, uma inspiração para o autor –, poderíamos também traduzir os termos utilizados por Michel Maffesoli como uma supra-realidade ou uma sobre-realidade existentes para além do social institucionalizado, visível, aparente (N.T.).

manecem totalmente alheios à força viva do verdadeiro pensar. Pensar selvagem e anômico, que pode vir a ser o pensamento canônico de amanhã. O vento louco da descoberta jamais se deixa enquadrar nas breves certezas ou evidências científicas do momento. E aqui se observe que todos os criadores foram objeto das iras do *establishment*.

Transformando temas, métodos e sensibilidades teóricas em tabus, os burocratas universitários ambicionam criar uma "Ordem" corporativista e hierarquizada, ao mesmo tempo legitimando os seus temas teóricos e os seus métodos. Tendo medo do desconhecido, "militarizam" suas ações. Mas não se trata aqui de se deixar obnubilado pelo que G. Tarde chamava de "combates" mitológicos. O perpétuo combate das forças do bem contra as forças do mal: os bons contra os maus objetos de tese, os bons métodos contra os maus. Tanto quanto não podemos discriminar, a priori, os estudantes que creditamos poder fazer uma tese.

Insistimos, a atitude reacionária no conhecimento não se coaduna com a sensibilidade dos jovens pesquisadores que – às vezes pagando o preço – não aceitam mais os decretos arbitrários. O desabamento das torres fálicas de Nova Iorque é disto um símbolo: o poder vertical não é mais o mesmo. E querer "profissionalizar" a sociologia, isto é, fazê-la entrar na ordem mercantil, é um objetivo (uma fantasia do poder) de velha data que seguirá o mesmo destino.

Hoje, de maneira difusa, sente-se uma exigência do pensar em não mais aceitar a priori as clausuras conceituais, assim como não mais aceitar pôr de lado escolas de pensamento por preconceitos intelectuais. E a caça às bruxas que empreendem os "comissários", "especialistas" e outros aprendizes de burocratas, se ela traduz bem o estado de espírito arrogante de uma casta no poder, não poderá nada contra os avanços do relativismo teórico cujos indícios são abundantes. Relativismo – em seu sentido simmeliano³ – que é bem o eco, no plano da descoberta intelectual, do pluriculturalismo que vigora por toda parte: as

diversas modalidades de encontros de maneiras de ser, formas de pensar, cultos, gostos sexuais, culturais, que não se reconhecem mais na *reductio ad unum*⁴ do fantasma totalitário da época moderna. Ao poder patriarcal vertical, opõe-se a potência dos debates horizontais. E, com a ajuda da Internet, os temas anômicos, acentuando os diversos aspectos do cotidiano, as diversas tribos urbanas, as "ciberatitudes" e outras formas difusas do dionisíaco, não poderão mais ser reprimidas indefinidamente – simplesmente porque correspondem à socialidade pós-moderna.

O pluralismo dos métodos, das intuições, dos temas, a transversalidade das abordagens, tudo isso reflete a pluralidade do vivido societal. E esses fatos, para serem compreendidos, necessitam de audácia teórica, até mesmo de hipóteses e de análises arriscadas. E essa é também a condição necessária para que se seja "o intelectual orgânico" de seu tempo. Tudo isso talvez imponha até mesmo – assim como Descartes tinha sugerido no início da modernidade – fazer "tábula rasa" dos dogmas "científicos", das crenças e outras opiniões acadêmicas.

A inquisição tem tempo contado. E, no estilo do Almanaque Vermot⁵, lembremos que os "verdadeiros crentes", no final das contas, não passam de "falsos céticos". Vingando-se anonimamente, aplicando a lei (imoral) de talião, em resumo, recusando

³ Trata-se aqui, sem nenhuma dúvida, de referência ao pensamento do teórico alemão George Simmel (1858-1918). Autor de uma obra cuja amplitude comporta uma abordagem diversificada, de caráter sociológico mas também filosófico, G. Simmel influenciará bom número de pensadores, entre os quais, E. Bloch, G. Lukács, M. Weber e o próprio Michel Maffesoli. Por seu caráter ensaístico e também crítico de um conhecimento separado da vida, a obra de G. Simmel pode ser vista como uma sociologia filosófica, o que a permitiu sair dos muros da instituição universitária e ocupar-se de objetos do universo vivido concreto, desprezando o "fetichismo do método" (Nietzsche) e o "especialismo", daí seu relativismo e o destaque que a ele faz Michel Maffesoli (N.T.).

⁴ "Restabelecimento da unanimidade" (N.T.).

⁵ Almanaque popular – publicado pela primeira vez, na França, em 1886, e que leva o nome de seu criador, Joseph Vermot –, bastante conhecido pelo texto de humor em estilo típico dos ambientes de cafés, bares (N.T.).

o debate e promulgando os decretos da boa ciência contra o Mal circundante, os proprietários da “ciência correta” se desprestigiam aos olhos da comunidade internacional, e, em seus provincianismos, voltando-se para seus umbigos, oferecem sobretudo uma má contribuição ao conhecimento social que afirmam defender. Rebelião contra esses burocratas e sua hipocrisia! E isso se pode fazer reconhecendo-os pelo que são: padres – vermelhos ou verdes-oliva – que, não abandonando a batina, transportam seus sonhos ou pesadelos de antigamente para um lugar em que deveria reinar a laica liberdade de pensar. Totalitários, ávidos de poder, ainda que poder irrisório e sem que exista ambiente para se impor. Para desmascará-los, é bastante lembrar o adágio popular: “não é mudando de calçada que uma puta deixa de ser puta”.